

Com licença, eu vou à urna

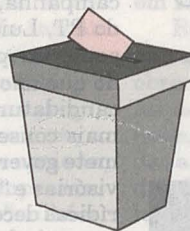
Foto: A. C. Junior



O eleitorado jovem de hoje em todo o país é caracterizado pela alegria e irreverência

Patrícia Costa

Os jovens de 16 e 17 anos estão acordando para o fato de que são parcela significativa da sociedade e podem se mobilizar para tentar mudar o quadro político do Brasil



Eles são muitos, mais do que se imaginava. Segundo uma pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), realizada no mês passado, dos 100 milhões de brasileiros que estarão aptos para votar para presidente, cerca de 3,2 milhões são jovens de 16 e 17 anos. Uma cifra superior à de 1989, quando mais de

2,7 milhões de jovens foram cadastrados.

Mesmo que muitos adultos ainda não acreditem ou percebam, a garotada está despertando para a aventura da cidadania. As filas enormes que se formaram nos últimos dias de junho para o cadastramento do título de eleitor são uma prova. O que predominava era a presença de jovens, grupos barulhentos e alegres que não se importavam de esperar horas pelo título.

O voto aos 16 anos não é novidade. Nas eleições para presidente em 1989, ele já era válido, embora facultativo, como aliás ainda é. Mas não surgiu na Constituição por acaso. Manuela Pinho, hoje com 22 anos, é mais conhecida pelo movimento que encabeçou em 1989, o "Se Liga, 16 - Bota pra Votar". "Aqui foi uma continuidade do trabalho que a gente tinha feito durante a Constituinte, em 1988. O movi-

Alunos da cidadania

Dizem que o ex-presidente Fernando Collor serviu pelo menos para uma coisa boa: ensinou a juventude a força da mobilização popular, quando os estudantes foram às ruas pelo seu *impeachment*, em 1992. De lá para cá, a UNE foi se fortalecendo cada vez mais, reivindicando a meia-entrada para shows e cinemas, brigando por mais verba para o ensino público e querendo melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis. Agora, está às voltas, mais uma vez, com os preços exorbitantes das mensalidades.

No começo de junho, Fernando Gusmão e Joel Benin, presidentes da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), foram pedir ao presidente Itamar Franco que rejeitasse a medida provisória que congelaria as mensalidades escolares pelo pico. Depois de muitas conversas, o presidente assinou a

Medida Provisória 524, que obrigava as escolas a calcularem a mensalidade de junho pela média dos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março (tal qual os salários) e que devolvessem o que havia sido cobrado a mais. Isso significava uma redução de até 80% das mensalidades. Bom para pais e alunos, péssimo para os donos das escolas.

Enquanto a medida não é votada no Congresso, a Federação Interestadual das Escolas Particulares (Fiep) mandou que nenhuma escola levasse a sério a MP 524, pois alega que ela fere a Constituição. Do outro lado, o ministro da Educação, Murílio Hingel, aconselhou aos pais que não pagassem as mensalidades até a decisão do Congresso, e ameaçou as escolas de enquadramento na lei antitruste.

Diante do impasse, os líderes estudantis sorriem, pois viram uma vitória significativa de sua

mobilização, quando o presidente Itamar mudou a MP. Foi o próprio presidente quem afirmou que é do movimento estudantil que saem os grandes líderes. Ele mesmo foi presidente do diretório acadêmico de sua faculdade por duas vezes.

A lição de cidadania começa nas ruas, com os jovens brigando para estudar melhor e a um preço justo. Daí para passeatas por aumento do salário mínimo, melhoria no setor da saúde, e outros tantos problemas sociais que o Brasil enfrenta é um pulo. O estudante está aprendendo direitinho.



Manuela Pinho: "Se Liga, 16"

mento estudantil em todo o país estava concentrado em Brasília fazendo o *lobby* para o voto aos 16 anos e pelo serviço militar opcional. Só passou o primeiro", conta ela.

Aprovada a medida, Manuela e os seus companheiros descobriram que a grande maioria dos jovens brasileiros não sabia que tinha o direito de votar. Por isso, o movimento: "Foi uma campanha nacional, e a imprensa teve participação importante. Com conversas e palestras, a gente conseguiu que 60% dos jovens dessa faixa tirassem o título."

Maior consciência – Cinco anos depois, esse contingente aumentou porque os jovens estão com muita vontade de mudar o quadro político nacional.

Guilherme Brandão tem 17 anos e é presidente do grêmio estudantil do Colégio Andrews, um dos mais atuantes no Rio de Janeiro. Ele acredita que, mesmo querendo votar, grande parte dessa juventude ainda não tem uma consciência muito aprofundada: "Eles não têm muita informação. Por isso, o grêmio está promovendo para o segundo semestre palestras onde serão abordados temas sobre as eleições. Eles não sabem da importância do seu voto, de

sua postura como cidadãos."

Para o estudante, esse crescente interesse da juventude

reflete um cansaço em relação à classe política que está aí. "A gente está cheio de ver os problemas do país sem solução. Vamos votar para tentar mudar."

É essa vontade que fez Manuela – formada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) em Jornalismo e cursando Direito na Faculdade Cândido Mendes – se candidatar a deputada estadual pelo Partido Verde (PV): "Esse é um ótimo momento para renovar. Mas reclamar e não fazer nada não adianta. Quem quer mudar deve se apresentar e propor ações concretas." Ela sempre gostou de política. Desde os sete anos está metida com movimentos como o "Se Liga 16" e outros de cunho ecológico.

Para ela, e para muitos outros jovens, o *impeachment* de Collor serviu para botar para fora uma vontade latente de se mexer. "A ditadura fez a gente desaprender a se mobilizar. A campanha contra a fome também serviu para mostrar que o cidadão comum pode fazer, é só querer", acredita ela.

Com licença, eu vou à urna

A mobilização da juventude serviu também para derrubar a impressão errada de que o jovem é alienado. A geração *shopping center* também pode querer votar: "Não pode haver rótulos. O jovem militante não é aquele chato que berra pelos seus direitos e tem um pôster do Che na parede. Ele também vai ao *shopping*, pega onda e gosta de cinema. Ninguém se lembra de que 55% dos jovens dessa idade trabalham", defende Manuela.

Revoltados sem voto – É claro que nem todos pensam deste modo. Carlos Alberto Teixeira tem 17 anos e não tirou o título. Ele alega que gostaria de votar para presidente, mas não para deputados e vereadores. "Elegger um cara que vai lá e depois só rouba não vale a pena. Prefiro não votar." Também para André Aquino, 17 anos, votar é perda de tempo. "Não tirei o título porque não acredito nessa droga de política. Só vou votar quando for obrigatório." Essa descrença é compreensível, pois a maior parte da classe política atualmente só tem dado motivos de desgosto. Mas deixar de votar não é a melhor forma de demonstrar o descontentamento. Assim pensa Bruna Braga Silva, 16 anos. Mesmo não gostando muito de política, ela quer fazer a sua parte: "Eu sempre ouvi que é bom votar. A gente pode ajudar a escolher alguém que represente bem o Brasil."

Conversando com o pai, que "é muito atuante e vive falando nisso", Bruna diz que passou a entender melhor as coisas e ficou com vontade de votar. "Esse lance de consciência não pode ser generalizado. Vai de cada um. Eu voto pelo que eu acho que é certo."

Sinal dos tempos – O que se tem percebido é que o jovem está cada vez mais precoce. Com 16 anos ele já pode votar e, se emancipado, já pode ter talão de cheques, conta em banco e até casar.

O advogado Marcos Heusi, especialista em direito

eleitoral, alega que a lei que afirma que o jovem de 16 anos não é responsável penalmente é um equívoco: "Se ele é responsável para eleger um presidente, ele tem de ser responsável para responder criminalmente a um delito." Para ele, os direitos e deveres do cidadão deveriam começar aos 16 anos, pois "o mundo de hoje é uma aldeia global. A modernidade ajuda o jovem a amadurecer mais cedo."

O Dr. Heusi crê que o jovem está muito bem preparado para votar, pois tem percepção das deficiências da sociedade. "Ele estuda e vê que o seu projeto de vida não tem sustentação social; sabe que não há mercado de trabalho para ele e quer mudar, romper com esta estrutura falida de um modo democrático", acredita ele.

O jovem tem pressa, e acompanha os novos tempos; ele é dinâmico, alegre, sem preocupações com o futuro, se liga no aqui e agora, corre atrás do prazer



Bertha Lutz foi a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro

Direito adquirido

A conquista do voto dos jovens de 16 e 17 anos, obtida na Constituinte de 88, remete à luta de grupos civis feministas no Brasil, sobretudo durante a década de 20 e início dos anos 30, para tornar a mulher um membro efetivo da sociedade, com direitos civis totais, como a possibilidade de votar e ser votada. As eleições de 1994 marcam os 60 anos do primeiro pleito que contou com a participação de eleitoras, em outubro de

1934, depois da criação do voto feminino pela Constituição promulgada no mesmo ano.

Uma das principais defensoras dos direitos das mulheres na época foi a bióloga Bertha Lutz. Ela foi a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro, sendo aprovada em 1919 para o cargo de secretária-geral do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Filha do cientista Adolpho Lutz, Bertha fundou a Liga para a Emancipação



No ano da Constituinte, estudantes lutaram pela aprovação do voto aos 16 anos

acima de qualquer coisa. Mas nem só de festas e badalação vive ele. Muitos se mobilizam em diretórios acadêmicos nas escolas, se unem aos pais para lutar contra o aumento abusivo das mensalidades das escolas, entram em campanhas para minimizar os problemas da sociedade, treinam para se tornar cidadãos conscientes.

No fim do mês de maio, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que os jovens que completassem 16 anos até o dia 3 de outubro poderiam tirar o título de eleitor. Antes, só quem completasse 16 anos até 100 dias antes das eleições é que poderia votar.

Tal decisão foi tomada depois que o presidente do TSE, Sepúlveda Pertence, recebeu uma carta da estudante capixaba Renata Rabelo Gomes, de 15 anos, que queria votar, pois fazia aniversário três dias antes do primeiro turno das eleições. Segundo a Constituição, ela estaria apta para tal. Tudo isso não é

vontade de aparecer, mas de ser. São jovens que estão ligados com o momento político brasileiro e querem fazer algo.

Continuidade – A deficiência de lideranças que se tem hoje é reflexo, segundo o advogado Marcos Heusi, dos anos negros da ditadura. “Cabe à juventude retomar o que nós deixamos incompleto. A minha geração, que foi às ruas em 68, quer que a juventude participe e se mobilize cada vez mais, pois é assim que a mudança vem”, diz este ex-dirigente da União Nacional dos Estudantes.

Antônio de Pádua é assim. Com 16 anos completos em 13 de junho, ele correu para sua zona eleitoral assim que soube que poderia votar e ficou horas na fila, “mas fiz questão de tirar o meu título”. Ele quer votar porque quer ver a situação do Brasil melhorar. “Eu conversei muito com meus pais e amigos sobre política. Viajei para os Estados Unidos e vi a diferença social que existe entre nós e eles. Isso me incomodou, mexeu comigo. Por que o Brasil não pode ser igual?”, questiona. E afirma que, votando com consciência, “a gente consegue mudar”.

Como cantou Belchior, “o novo sempre vem”, e faz parte do jovem acreditar nisso plenamente.

conto de salário. Permaneceu na Câmara até novembro de 37, quando foram dissolvidos os órgãos legislativos do país. Faleceu em setembro de 76.

Mesmo formando 52% da população brasileira, as mulheres ocupam hoje apenas cerca de 5% das cadeiras do Congresso Nacional. Segundo a socióloga Moema Toscano, a distorção é reflexo da resistência das próprias mulheres em votar em candidatas e de certos partidos em indicarem um número grande de mulheres aos cargos eletivos. “Muitas mulheres não votam em mulheres porque acham que elas não têm experiência e tradição para atuarem no Parlamento”, conclui. (Marcelo Monteiro)

Intelectual da Mulher, em 1919, e a União Universitária Feminina em 1929. Em 22, como delegada do Museu Nacional no Congresso de Educação, obteve a admissão de meninas no externato do Colégio Pedro II.

Após a conquista do voto feminino, concorreu em 1934 à Câmara Federal, ficando com a primeira suplência. Com a morte do deputado Cândido Pessoa, Bertha Lutz assumiu a vaga, lutando pela alteração da legislação referente ao trabalho feminino e do menor. Dentre suas propostas, estavam a redução da jornada de trabalho das então 13 horas diárias para oito horas, igualdade salarial e a licença-maternidade de três meses sem des-